

OS REFLEXOS DA REDUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM OLHAR SOBRE O IFAM/CAMPUS TABATINGA, NO ANO DE 2017

Luzilângela Vieira Barbosa¹ e Nicolas Andretti de Souza Neves²

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas do Amazonas – IFAM *Campus* Tabatinga. Rua Santos Dumont – Vila Verde, Tabatinga/AM

(luzilangela.barbosa@ifam.edu.br)

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas do Amazonas – IFAM *Campus* Tabatinga. Rua Santos Dumont – Vila Verde, Tabatinga/AM

(nicolas@ifam.edu.br)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre os recursos financeiros federais a partir de um olhar sobre o IFAM/*Campus* Tabatinga, no ano de 2017, através de um estudo de caso. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratório-descritiva, com coleta de dados através de entrevistas com perguntas não estruturadas feitas aos servidores que desempenham atividades na área da administração financeira. Desse modo, foi possível adentrar nesse instigante tema denominado orçamento público e assim, compreender um pouco mais sobre como se movimentam na prática as “peças de xadrez” IFAM/*Campus* Tabatinga.

Palavras-Chave: Administração pública, orçamento público, Institutos Federais

Abstract

This work aims to reflect on the federal financial resources from a look at the IFAM / *Campus* Tabatinga, in the year 2017, through a case study. The study was developed through an exploratory-descriptive research, with data collection through interviews with unstructured questions made to the servers that perform activities in the area of financial administration. In this way, it was possible to enter into this exciting topic called the public budget and thus to understand a little more about how the "chess pieces" move in practice IFAM / *Campus* Tabatinga.

Key words: Public administration, public budget, Federal Institutes

¹ Aluna da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública pela Universidade Aberta do Brasil-UAB. Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas e Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus* Manaus Distrito Industrial.

² Orientador: Mestre em Ciências pela Universidade Rural do Rio de Janeiro-UFRJR. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Castelo Branco-UCB e em Recursos Naturais pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Graduado em Economia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM e em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas do Amazonas – IFAM *Campus* Tabatinga.

INTRODUÇÃO

O orçamento público é uma das principais ferramentas que o gestor público dispõe para definir que receitas serão arrecadadas e que despesas serão financiadas com essas receitas para dar cumprimento às suas funções, considerando-se as prioridades das demandas sociais, os recursos disponíveis e o que determinam as leis orçamentárias. As etapas orçamentárias permitem aos Agentes públicos delinear as diretrizes e metas administrativas, como também prestarem contas à sociedade, no final de cada exercício, de sua execução e da aplicação dos recursos públicos.

De acordo com Santos (2015), o orçamento público não é mero instrumento de registros contábeis de receitas e despesas, mas, fundamentalmente, um instrumento político que fornece à Administração Pública os instrumentos para a implementação, o acompanhamento, o controle e a avaliação das ações de governo na alocação de recursos econômicos e sociais entre segmentos da sociedade, visando o benefício da coletividade.

Nesse pressuposto, evidencia-se que qualquer tomada de decisão equivocada pode trazer resultados drásticos nos diversos setores da administração pública. No entanto, uma área das mais importantes para o desenvolvimento de um país, a educação, vem sofrendo declínio em relação ao investimento de recursos financeiros, nos últimos anos, no Brasil.

Este estudo teve como objetivo compreender os impactos provocados ao IFAM/*Campus* Tabatinga, com a redução dos recursos financeiros repassados pelo Governo Federal, no ano de 2017. E a pergunta norteadora da pesquisa foi: Quais as consequências para a administração e manutenção do IFAM/*Campus* Tabatinga, com a redução do repasse dos recursos financeiros pelo Governo Federal?

Com o intuito de esclarecer essa problemática, tornou-se relevante verificar o orçamento recebido do governo federal para a execução e manutenção das atividades do instituto; analisar a aplicação e distribuição dos recursos financeiros na execução orçamentária; e identificar os setores mais afetados na alocação dos recursos.

Desse modo, a escolha do tema deu-se pela inquietação de se compreender quais as consequências para a administração e manutenção do Instituto, com a redução do repasse dos recursos financeiros pelo Governo Federal, tendo em vista a grande relevância desta instituição para o desenvolvimento local e regional.

A relevância dessa pesquisa está no entendimento de que o orçamento público é uma temática desconhecida da maioria da população brasileira, que muitas das vezes, não compreende a real importância de se fiscalizar como os recursos públicos são empregados. Vale ressaltar que este estudo poderá servir de base para futuros pesquisadores que buscarem se aprofundar no assunto dessa problemática.

A metodologia aplicada nesta pesquisa foi o desenvolvimento do estudo de caso do tipo exploratório-descritivo, através do método quanti-qualitativo. Para a coleta de dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica; análise documental, entrevistas não estruturadas e a observação participante, que resultaram nas informações compiladas neste texto.

Portanto, os resultados deste trabalho compõem três tópicos, onde o primeiro ressalta alguns conceitos relevantes sobre orçamento na administração pública; o segundo apresenta o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas e evidencia a importância do IFAM/*Campus* Tabatinga para a região do Alto Solimões; e por último descreve-se como ocorre a aplicação do orçamento deste *Campus* e as implicações da redução desse recurso para o ensino e aprendizagem dos alunos.

1. MÉTODO OU FORMALISMO

Este estudo foi realizado no IFAM/*Campus* Tabatinga e teve como objetivo principal compreender quais as consequências para a administração e manutenção deste *Campus*, com a redução dos recursos financeiros repassados pelo Governo Federal.

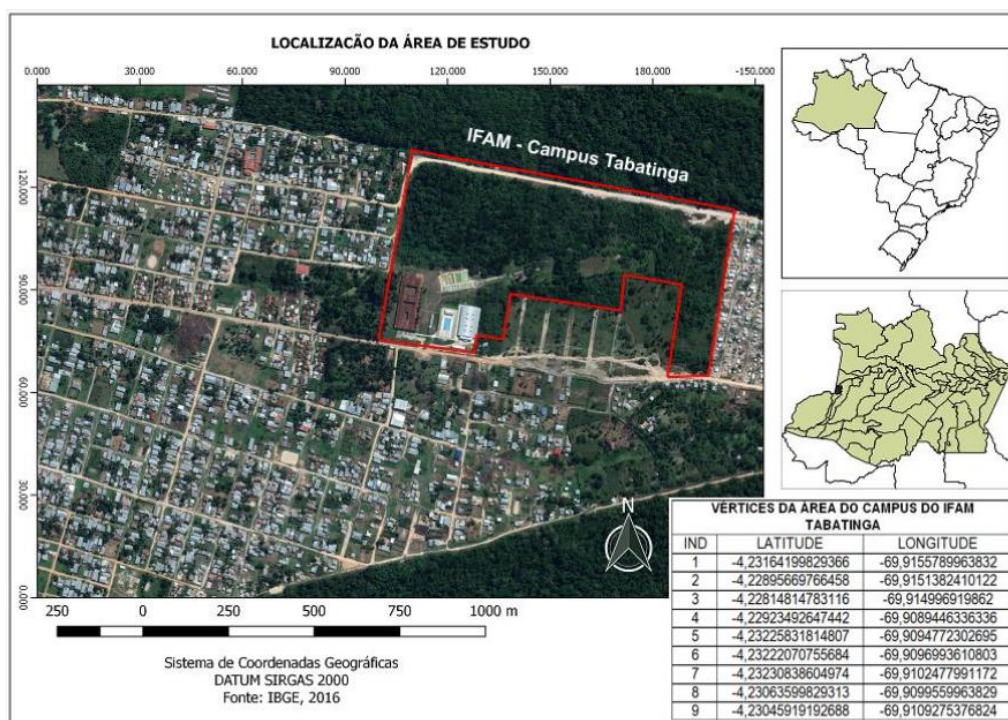


Figura 1 - Delimitação da área do IFAM *Campus* Tabatinga

O local de estudo está concentrado na área demonstrada na figura 1, que compreende o espaço onde foi desenvolvido o estudo. Atualmente o Instituto conta com um universo de 80 servidores efetivos, dos quais 42 ocupam o cargo de Docente e 38 o cargo de Técnico Administrativo. A amostra selecionada foi escolhida de forma aleatória por considerar apenas os servidores técnicos administrativos que são responsáveis pela execução orçamentária do Campus, composta por 6 pessoas.

A pesquisa levou em consideração o método hipotético-dedutivo. Segundo Popper apud Marconi e Lakatos (2003, p. 95), o método científico parte de um problema ao qual se oferecesse uma espécie de solução provisória, passando-se depois a criticar a solução, com vista à eliminação do erro e, tal como no caso da dialética, esse processo se renovaria a si mesmo, dando surgimento a novos problemas.

Quanto aos objetivos, revelou-se exploratório-descritiva, por constituir ferramenta de identificação das características do objeto de estudo. “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (...) E as descritivas têm como objetivo primordial descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008, p. 27 e 28).

A execução do projeto deu-se, primeiramente, através de revisão bibliográfica com uma busca em obras, revistas, artigos acadêmicos e trabalhos relacionados ao tema, que pudessem trazer uma discussão acerca dessa temática e que serviram de base teórica para o

desempenho desta pesquisa. Em um segundo momento, foram buscados dados primários *in loco*, através da análise de documentos a fim de se estabelecer um esclarecimento sobre o diagnóstico da problemática em enfoque para que viessem responder aos objetivos propostos neste trabalho.

Dessa forma, os procedimentos de coleta de dados foram realizados através de entrevistas com perguntas não estruturadas aos servidores do Departamento de Administração e Planejamento (DÉP) do *Campus*, assim como a observação participante, para se obter as informações quali-quantitativas da referida pesquisa.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 ORÇAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Com o intuito de tornar esse estudo mais compreensível as pessoas que não lidam diretamente nessa área da administração pública, torna-se necessário elucidarmos alguns conceitos. Desse modo, iniciaremos a conversa “recordando que gestão pública é a arte de planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar assuntos de interesse coletivo por meio da mobilização de estruturas e recursos do Estado (SANTOS, 2014, p. 13).

Para que o poder público possa desempenhar suas funções de forma eficaz, é necessário que haja um planejamento orçamentário consistente, onde se estabeleça as prioridades da gestão. Segundo Santos (2015. p. 15), “o orçamento público reúne, de forma sistemática e organizada, todas as receitas estimadas para um determinado ano e o detalhamento das despesas que o governo espera executar”. Mas, para que o orçamento seja criado, ele precisa se basear em estudos e documentos cuidadosamente analisados, que irão nortear todo o processo de elaboração orçamentária do governo.

A Constituição Brasileira (Brasil, 1988), institui no artigo 165, três instrumentos orçamentários: o Plano Plurianual; a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e a Lei Orçamentária Anual, cada um com sua composição e finalidade distintas, mas interligados entre si. Assim sendo, a Constituição de 1988 trouxe um conjunto de normas complexas para regulamentar o processo decisório do orçamento federal, com o objetivo de criar um sofisticado sistema hierárquico de coordenação e planejamento para um período de quatro anos, ampliando, assim, o ciclo orçamentário para além da formulação do projeto de lei anual (ROCHA; MACHADO, 1995 apud MUELLER, p. 3).

2.1.1 Plano Plurianual (PPA)

Conforme a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o PPA da União, vigente do período de 2016 a 2019, o PPA é um instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas (BRASIL, p. 01, 2016). Assim sendo, esse é o documento que traça os caminhos que administração pública deve seguir a médio prazo e tem validade de quatro anos.

2.1.2 Lei De Diretrizes Orçamentárias (LDO)

De acordo com Santos (2015. p. 74), a LDO é “a lei orçamentária que faz a ligação entre o PPA e a LOA. Ela cumpre diversas funções definidas pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal”. Ou seja, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se no que foi estabelecido pelo PPA. A LDO é elaborada anualmente, mas não

coincide com o ano civil, pois entra em vigor a partir do segundo semestre. Sua finalidade é especificar as prioridades do governo para o próximo ano, que funciona como uma espécie de ajuste anual das metas propostas no PPA.

2.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A LOA é elaborada para se colocar em prática as ações planejadas pelo PPA. Ela segue os comandos da LDO e estabelece a programação das ações a serem executadas para alcançar os objetivos almejados, que serão cumpridos durante o exercício financeiro do governo. Santos (2015, p. 83), ressalta que:

A finalidade principal da LOA é estimar as receitas que o governo espera dispor no ano seguinte e fixar as despesas que serão realizadas com tais recursos. É importante destacarmos que essa lei é uma autorização de gastos, mas não é uma obrigação de gastar. Por isso o orçamento é dito autorizativo, não impositivo.

Desse modo, verifica-se que todo investimento governamental deve ser exaustivamente analisado, tendo em vista a alocação dos recursos de forma a garantir os direitos básicos sociais, como educação, saúde, moradia, dentre outros.

Em 2016, a proposta orçamentária para 2017 foi elaborada com base na proposta de emenda constitucional do teto de gastos públicos, aprovada na forma da EC. nº 95/2016. (...) [Porém,] embora a peça orçamentária, nos últimos exercícios, tenha privilegiado a concessão de reajustes salariais a servidores do Ministério da Educação, prejudicam-se a manutenção e a expansão de despesas voltadas ao custeio e ao investimento das instituições de ensino, requeridos pelo PNE. Previsto para 2016, ainda não há dotação que suporte a implantação do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), principal mecanismo de financiamento da educação básica criado pelo Plano Nacional de Educação (TANNO, p. 2, 2017).

Isso significa que há algo que precisa ser repensado quantos aos investimentos e/ou custeios educacionais, pois se nada for modificado, no decorrer dos anos, muitas instituições de ensino podem fechar as portas, até mesmo, os renomados institutos federais.

2.2 INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM)

2.2.1 Breve Histórico

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas foi criado em 1909, pelo então presidente da república Nilo Peçanha, com o nome de Escola de Aprendizizes e Artífices do Amazonas. Na época, essas escolas foram criadas em quase todas as capitais do país. Em 1937, passou a se chamar Liceu Industrial e, posteriormente, Escola Técnica Federal do Amazonas.

Em 2001, a partir de um decreto presidencial, a escola começou a ofertar cursos superiores e de tecnologia, sofrendo outra alteração em sua nomenclatura, tornando-se conhecida como Centro Federal de Educação Tecnológica ou CEFET-AM. Em 29 de dezembro de 2008, com a Lei nº 11.892 sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o CEFET se tornou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

2.2.2 Campo de atuação

O estado do Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil, formado por 62 municípios. Possui uma área de 1.559.159,148 km², sendo a mais extensa em território, com a maior bacia hidrográfica do país. Sua população está estimada em 4.080.611 pessoas (IBGE, 2018).

A estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia dos Amazonas é formada por 14 *Campi*, sendo três concentrados na capital Manaus (Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial e Manaus Zona Leste) e os demais estão localizados em regiões estratégicas no interior, como Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé, como demonstra a figura 2, a seguir, além do *Campus* Avançado Manacapuru, inaugurado no ano de 2018, proporcionando um ensino profissional a todas as regiões do Amazonas.

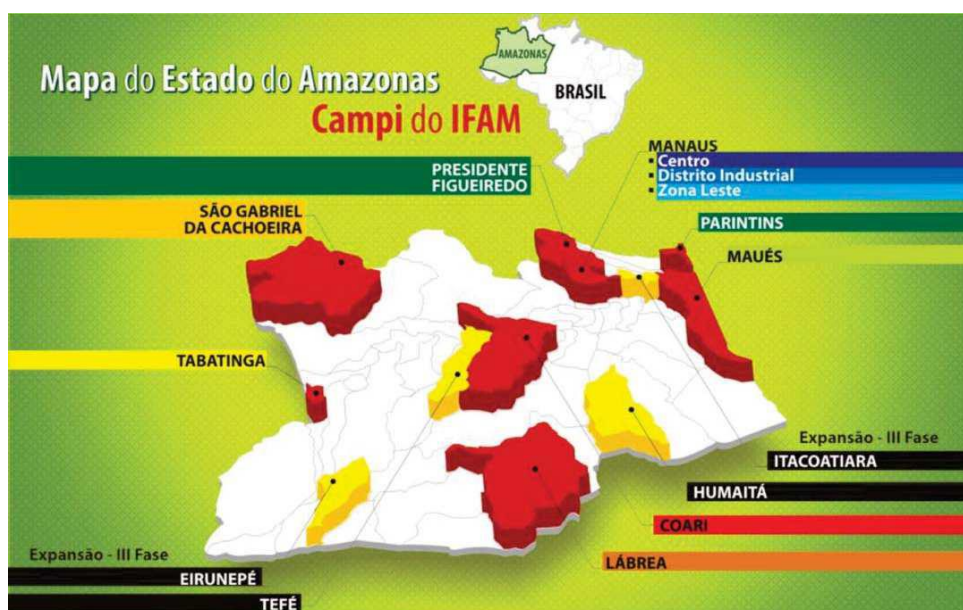


Figura 2: Mapa dos campi do IFAM

Fonte: Graça, 2016

O IFAM oferece a Educação Profissional com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*, servindo a sociedade amazonense e brasileira. A instituição vem trabalhando com a missão de promover o ensino de qualidade em toda a região do Amazonas, através da educação, ciência e tecnologia, como ferramenta de desenvolvimento do Estado.

Conforme o Art. 6º da Lei Nº 11.892/2008, a finalidade do IFAM consiste em:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos visando à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa básica e aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

No entanto, não basta que este Instituto tenha as melhores das intenções para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem da região do Alto Solimões, pois sem o aporte financeiro necessário, não tem como continuar ofertando uma educação de qualidade sem investir em capacitação de servidores, adquirir novos equipamentos, dentre outros.

2.3.3 A importância do IFAM/*Campus* Tabatinga para a região do Alto Solimões

Para Linhares (2011, p. 33), o processo de formação em regime de interculturalidade, que por si mesmo, se desdobram nas concepções práticas de ensino e aprendizagem e, entre tantas outras, não pode declinar de sua permanente inclusão. Sendo assim, nos últimos dez anos com a implantação da Universidade Estadual do Amazonas – UEA, do Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, em Tabatinga, e da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em Benjamin Constant, houve uma profunda mudança na região resultando em um processo cultural, social e econômico impulsionado pela educação local.

Essa revolução na educação nesse município está produzindo uma nova mentalidade por parte das escolas, consequência da interação destas com as referentes instituições, por meio de projetos de capacitação, ensino, pesquisa e extensão. O IFAM/*Campus* Tabatinga, situa-se na tríplice fronteira entre Brasil-Colômbia-Peru na região do Alto Solimões e foi implantado no município de Tabatinga no ano de 2010. Atualmente, destaca-se pelo excelente trabalho desenvolvido nesta região.

Desde a instalação dos institutos nessas regiões estratégicas, dirigentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica discutem a presença dos Institutos Federais na fronteira. Representantes das instituições de ensino dos países envolvidos, juntamente com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC, vêm reunindo-se para discutir e planejar estratégias, visando suscitar a elaboração de uma estrutura didático-pedagógica direcionada aos institutos que atuam com a compreensão da importância social e cultural na região de fronteira, considerando ainda a necessidade de direito ao acesso das políticas públicas à população dessas áreas. A ideia é aproximar as fronteiras por um processo de internacionalização, com a troca de experiências e também de conhecimento (GRAÇA, p. 21, 2016).

Nesse contexto, insere-se o IFAM/*Campus* Tabatinga, com a oferta os cursos Técnicos integrados em Administração, Informática, Agropecuária e Meio Ambiente e Técnicos Subsequentes em Administração, Informática, Agropecuária, Meio Ambiente e Recursos Pesqueiros. Os cursos abrangem os seguintes Eixos Tecnológicos: Ambiente e Saúde; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; e Recursos Naturais.

2.2.3.1 Dados Acadêmicos

No ano letivo de 2017/1 o IFAM/*Campus* Tabatinga obteve um total de 589 alunos matriculados nos cursos técnicos, sendo 397 na forma integrada ao ensino médio e 192 na forma subsequente (pós-médio).

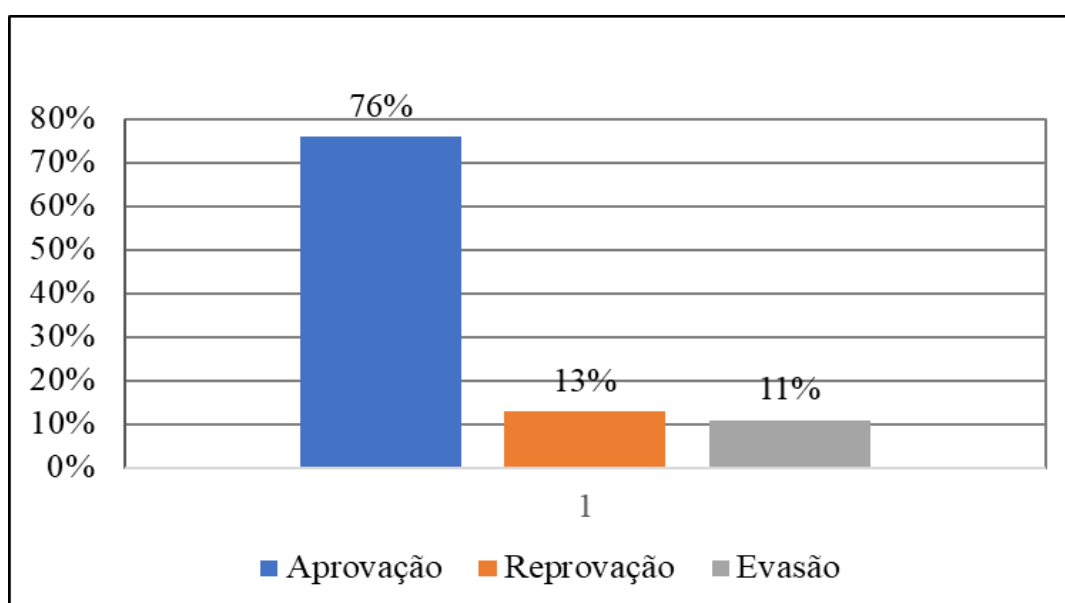


Figura 3: Gráfico do índice de rendimento na forma integrada 2017 - IFAM/*Campus* Tabatinga

Fonte: Q-acadêmico, 2017

Em relação ao ensino/aprendizagem, com o empenho de alunos, professores e técnicos administrativos, o rendimento anual de 2017 ainda foi satisfatório, com um índice de aprovação de 76%, embora não seja tão plausível o índice de retenção e evasão, como se vê na figura 3.

E quando se trata dos cursos na forma subsequente, a situação é mais preocupante, uma vez que, dos 192 alunos matriculados no ano em estudo, apenas 136 foram aprovados. E um dos fatores que influenciam na retenção ou evasão destes educandos é a menor assistência estudantil, como por exemplo o auxílio transporte e creche, considerando que não há recurso suficiente para atender a todos.

2.3 COMO AS “PEÇAS DE XADREZ” SE MOVIMENTAM NA PRÁTICA NO IFAM

O IFAM é uma autarquia federal, vinculada diretamente à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), com sua sustentabilidade financeira

viabilizada, majoritariamente, com recursos repassados pelo Tesouro Nacional sob a forma de Dotação Orçamentária.

Nesse pressuposto, a definição dos procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e dos critérios para elaboração das suas respectivas propostas orçamentárias anuais são estabelecidas no decreto nº 7.313/2010. E o tratamento dos recursos do IFAM está regido pela Lei Nº 4.320/64 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços em todos os entes Federativos.

2.2.1 Execução Orçamentária e Financeira – IFAM/*Campus* Tabatinga

Neste tópico será apresentado um panorama da execução orçamentária e financeira do IFAM/*Campus* Tabatinga no ano de 2017, retratando as despesas que foram executadas neste exercício bem como suas finalidades.

A figura 4 mostra a evolução do Orçamento do IFAM/*Campus* Tabatinga a partir de 2011 até o ano em estudo, onde é possível perceber que houve uma grande redução dos recursos financeiros. Assim, destaca-se que o ano de 2013 foi o período em que foi possível realizar de forma integral as ações que viabilizam o desenvolvimento do tripé que a educação tem como parâmetro, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Vale ressaltar que esses valores representam o quantitativo estimado para o planejamento anual, sem considerar o percentual de 20% que o governo federal contingencia (aprovisiona) para eventuais necessidades, podendo ser liberado ou não no final de cada ano em exercício.

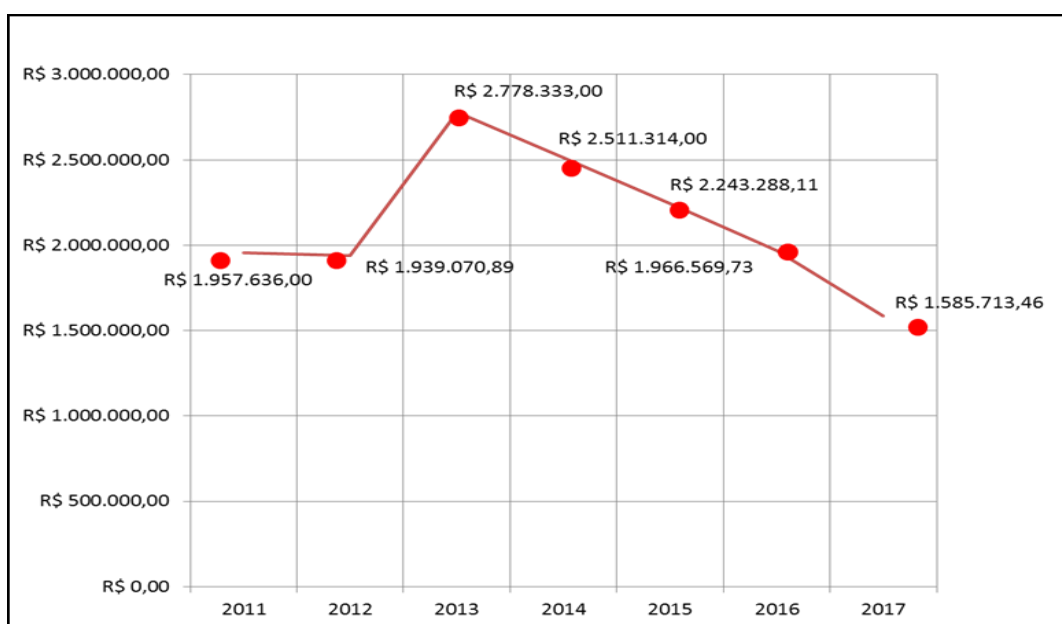


Figura 4: Gráfico da evolução do orçamento (custeio+capital) de 2011 a 2017

Fonte: Relatório de Gestão, 2017.

A análise da execução orçamentária do *Campus* é indispensável para que se tenha uma visão global de como as despesas estão sendo efetuadas, pois, na tomada de decisão, avalia-se esta com o intuito de executá-la de acordo com a missão e visão do desta instituição, bem como também se o planejamento estratégico está inserido na política pública de educação profissional e tecnológica.

Neste pressuposto, alguns termos são apresentados para o melhor entendimento dos resultados desse estudo.

- ✓ Crédito orçamentário: limite financeiro autorizado, ou seja, o valor do recurso financeiro que será disponibilizado ao órgão público.
- ✓ Recurso financeiro: repasse de verba para pagamento das despesas.
- ✓ Orçamento de custeio: orçamento destinado ao pagamento de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias e outras despesas.
- ✓ Orçamento de capital: orçamento destinado ao pagamento de serviços de construção de obras e aquisição de material permanente.
- ✓ Orçamento de assistência estudantil: Orçamento destinado à transferência de recursos em forma de benefícios sociais (auxílio moradia, alimentação, transporte, material didático e creche) para discentes de baixa renda.

Conforme a tabela 1 a seguir, em 2017 o IFAM/*Campus* Tabatinga recebeu R\$ 1.902.856,14 em créditos orçamentários para as despesas de custeio e capital na fonte 0112000000 (recursos destinados à manutenção do ensino).

No orçamento de custeio encontram-se agrupadas todas as despesas que representam a contratação de serviços de pessoa jurídica, pessoa física e de mão de obra terceirizada; aquisição de materiais de consumo de itens com durabilidade menor que 24 meses; pagamento de diárias para servidores em viagem a serviço do *Campus*, entre outras.

No orçamento de capital encontram-se todas as despesas agrupadas que representam a aquisição de materiais (materiais permanentes com durabilidade maior de 24 meses) e contratação de serviços de obras.

Tabela 1: Execução orçamentária de custeio e capital

<i>Tipo de Despesa</i>	<i>Valor</i>	<i>(%)</i>
Conservação e limpeza	450.236,65	23,65
Segurança	430.511,25	22,62
Motoristas	155.056,54	8,14
Portaria/recepcionista/almoxarife	121.209,60	6,35
Energia elétrica	115.719,51	6,07
Aditivo (obra do ginásio)	89.181,40	4,85
Manutenção de veículos oficiais	76.350,00	4,01
Diárias e passagens	69.843,15	3,66
Manutenção de ar condicionado	65.474,00	3,43
Combustível	64.431,00	3,38
Material de manutenção predial	54.492,16	2,86
Lanche e refeição escolar	53.147,58	2,79
Reprografia	35.000,00	1,83
Impressoras	22.683,10	1,19
Insumos agrícolas	20.288,86	1,06
Confecção de materiais gráficos	16.681,76	0,87

Telefonia fixa	12.021,83	0,63
Aquisição de tonners para impressoras	9.682,99	0,5
Cabeamento e interligação telefônica	7.870,00	0,41
Auxílio pesquisador - programa de iniciação científica 2017/2018	7.789,50	0,4
Equipamentos - programa de apoio ao desenvolvimento científico e de inovação tecnológica	7.064,00	0,37
Auxílio pesquisador - programa de iniciação científica 2016/2017	5.760,00	0,3
Material esportivo	4.903,00	0,25
Materiais (laboratório de tecnologia da informação)	3.971,40	0,2
Correios	3.486,86	0,18
Imprensa nacional	0,00	0
Valor total	1.902.856,14	100

Fonte: Relatório de Gestão, 2017.

Segundo o Coordenador de Execução Orçamentária e Financeira, a metodologia utilizada para organização das despesas foi dividi-las em quatro grandes grupos (veja tabela 1): despesas mensais de valor fixo (representada pela cor amarela); despesas mensais de valor variável (na cor verde); despesas diversas de valor variável (na cor azul); e investimentos (na cor laranja).

Despesas mensais de valor fixo: neste primeiro grupo encontram-se as despesas mensalmente constantes que apresentam valores que não se alteram no decorrer de 12 meses, com exceção se houver acréscimo ou supressão do contrato, onde estão inseridas todas as empresas prestadoras de serviços terceirizados com mão de obra especializada, tais como, limpeza e conservação, vigilância armada, condução de veículos oficiais (motoristas) e apoio administrativo (agentes de portaria, recepcionista e almoxarife).

Despesas mensais de valor variável: neste segundo grupo encontram-se as despesas mensalmente constantes que apresentam valores variáveis no decorrer de 12 meses, composto pelas despesas com prestação de serviços de pessoa jurídicas que sofrem variações nos valores por questões de consumo, como por exemplo, as prestações de serviço de energia, telefonia fixa, lanche escolar, reprografia, manutenção de ar condicionado e manutenção de veículos.

Despesas diversas de valor variável: neste terceiro grupo encontram-se as despesas que não são de frequência mensal, podendo em alguns casos ocorrer apenas uma vez ao ano, além de apresentarem valor variável, como é o caso das despesas com contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas para aquisição de materiais de consumo, a aquisição de combustível, serviços da imprensa nacional, pagamento de diárias, bilhetes de passagens de agência de viagem, serviços de correio, serviços de manutenção predial (manutenção de caixa de gorduras e fossa e controle de pragas), aquisição de tonners para impressoras, material de expediente, insumos agrícolas, materiais de manutenção predial, materiais de tecnologia da informação, gêneros alimentícios, contratação de serviços de pilotagem fluvial, serviço de pesquisa de preços para licitações, pagamento de seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (seguro DPVAT) de veículos oficiais e pagamento de juros e multas sobre impostos e contribuições sociais devidas.

Investimentos: neste quarto e último grupo encontram-se as despesas com aquisição de materiais permanentes no decorrer do ano. Devido os recursos financeiros serem escassos, todo investimento é realizado apenas uma vez ao ano e com restrição ao material

extremamente necessário, como a aquisição de móveis (carteiras escolares, armários, cadeiras e mesas), aquisição de projetores de imagem, aquisição de nobreaks para as salas de aula.

Na figura 5, observa-se que 61% do orçamento de custeio é gasto com despesas mensais de valor fixo; seguido pelas despesas mensais de valor variável, com 19%; as despesas diversas representam 14%; e por fim os investimentos correspondem 6% do orçamento gasto.

Assim sendo, podemos constatar que as despesas mensais de valor fixo representam mais da metade do orçamento do *Campus*, que inclui o pagamento de salário dos servidores terceirizados. Isso significa que os 49% restantes são utilizados para a manutenção e o desenvolvimento das atividades do Instituto.

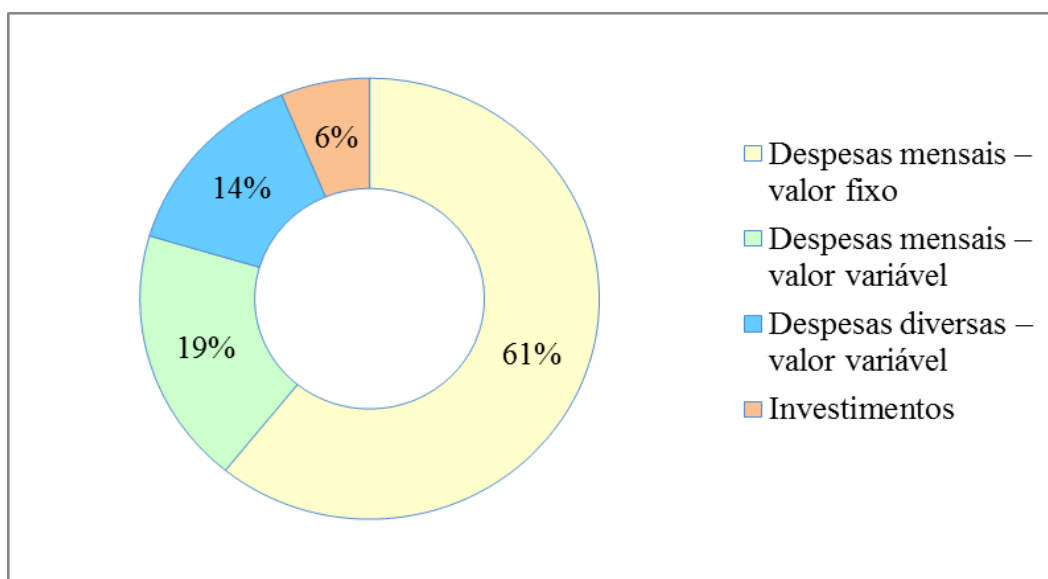


Figura 5: Gráfico da porcentagem dos gastos por grupo de despesa

Fonte: Relatório de Gestão, 2017.

Em 2017 o IFAM/*Campus* Tabatinga recebeu R\$ 658.772,60 em créditos orçamentários para as despesas de assistência estudantil na fonte 0100000000 (recursos ordinários), como demonstra a tabela 2 a seguir. Este orçamento é destinado restritamente ao apoio ao estudante para seu melhor desenvolvimento educacional.

Ele está dividido em dois grandes grupos: 1- Orçamento quantitativo, voltado para assistência ao discente através dos auxílios alimentação, transporte, moradia, creche, material didático e outros para alunos de baixa renda; benefícios estes que constam no PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil). 2 - Orçamento qualitativo, destinado ao pagamento de bolsas para alunos participantes de projetos integrais, em programas que contemplam as linhas de ações da Política de Assistência Estudantil, bem como as ações do Plano de Ação Estratégico de acesso, permanência e êxito dos discentes do IFAM, voltados para o atendimento aos estudantes matriculados no em todos os níveis e modalidades de ensino, obedecendo aos critérios e instruções estabelecidos em edital específico.

Tabela 2: Execução orçamentária de assistência estudantil

TIPO DE DESPESA	VALOR	(%)
Auxílio Alimentação	560.931,22	85

Auxílio Transporte	43.242,90	7
Auxílio Moradia e Creche	10.299,00	2
Auxílio Material Didático	9.430,00	1,3
Jogos internos do IFAM (JIFAM) - Etapa Estadual	8.789,48	1,2
Projetos Integrais	25.780,00	2,78
Inscrição - Congresso Internacional de Administração	300,00	0,72
Valor total	658.772,60	100

Fonte: Relatório de Gestão, 2017.

A figura 6 demonstra que 85% do orçamento destinado à assistência estudantil é gasto com alimentação, isso porque este é um benefício que não pode deixar de ser ofertando, pois contribui para a permanência e êxito dos alunos de baixa renda, oportunizando-os a concluir o ensino técnico de forma integrada ou o curso técnico para seguir seus estudos ou adentrar no mercado de trabalho.

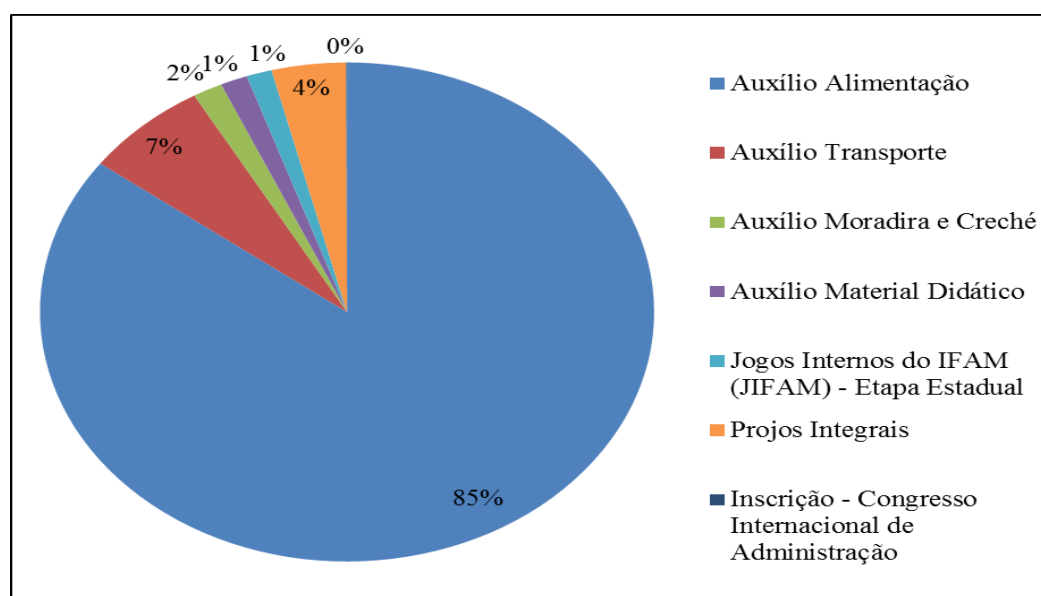


Figura 6: Gráfico da percentagem dos gastos por tipo de assistência estudantil

Fonte: Relatório de Gestão, 2017.

Diante dos dados pesquisados, observou-se que os recursos financeiros são indispensáveis para que o IFAM – *Campus* Tabatinga possa desenvolver uma educação de qualidade, pois não basta manter o professor em sala de aula. É preciso também que haja um ambiente adequado, com salas de aulas climatizadas, materiais didático-pedagógicos suficientes que possibilite aos docentes aplicarem as diversas metodologias de ensino, lembrando, ainda, que os Técnicos Administrativos, denominados profissionais da educação e que dão suporte ao processo educacional, sem os quais não seria possível chegar ao objetivo fim da educação, necessitam também de recursos materiais para o desenvolvimento de seu trabalho, tais como computadores, impressoras, dentre outros. Nesse pressuposto, pode-se afirmar que devido ao *Campus* Tabatinga ter quase 10 anos de implantação, muitos destes equipamentos, que possuem uma vida útil de, em média, 07 anos já estão em fase de descarte, o que interfere diretamente no desempenho das atividades dos servidores.

Outra questão relevante que afeta drasticamente o processo de ensino e aprendizagem dos alunos é a redução das aulas práticas desenvolvidas durante o ano letivo, como por exemplo, as visitas técnicas realizadas em várias instituições da região, principalmente, as localizadas na capital Manaus pelos alunos finalistas do ensino médio técnico, que foram suspensas por falta de recurso financeiro, o que acaba desestimulando o educando que sonha em ter a experiência de vivenciar a prática do trabalho na área do curso em que estuda.

Portanto, a partir dos resultados da pesquisa, foi possível perceber que muitas ações que eram desenvolvidas quando o orçamento do Instituto era maior e que afetam diretamente o tripé que fundamenta a educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: ensino, pesquisa e extensão, como a assistência estudantil, as visitas técnicas, a capacitação de servidores, dentre outras, que a partir do ano de 2017 não foi mais possível de serem executadas por conta do corte de orçamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O orçamento público é uma temática que requer um estudo aprofundado para se compreender na íntegra todos os paradigmas que envolvem o complexo arcabouço que norteiam as ações do governo na aplicação dos recursos públicos.

No entanto, perceber que o orçamento público está presente em nossas ações do cotidiano é o primeiro passo para se entender que a disponibilidade dos recursos é finita e que se torna necessário participar, fiscalizar e controlar as ações do governo, como também, corroborar para que o desperdício não aconteça.

Por outro lado, é preciso que o poder público desenvolva políticas públicas que priorize as instituições de ensino, tendo em vista que a educação é o caminho para se minimizar as mazelas do Brasil. Mas até lá, é importante que possamos nos aproximar e fiscalizar de perto como é gerido os recursos públicos financeiros para que o objetivo fim a ele destinado seja alcançado.

Nesse pressuposto, evidencia-se que este estudo foi de extrema importância para que pudéssemos destacar que a gestão de recursos financeiros deve ser planejada de forma a priorizar as demandas essenciais para manter o Instituto em funcionamento, pois devido à relevância do IFAM/Campus Tabatinga para a região do Alto Solimões, não podemos deixar que esse patrimônio se perca, causando um grande prejuízo para as próximas gerações.

Isso significa que, enquanto a educação não for tratada com prioridade pelos nossos governantes, quem sofre as consequências é a sociedade como um todo, pois somente o acesso a uma educação de qualidade é possível sair do anonimato e exercer seu papel de direito como cidadão crítico, capaz de lutar por seu espaço na sociedade e viver com dignidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder o dom de viver; a minha família, por suportar minha ausência; ao IFAM, pela oportunidade de aprendizado, ao meu estimado orientador Nicolas Andretti de Souza Neves; ao tutor e coordenadores do curso; e aos meus colegas de aula, especialmente, Lino, Valdemir, Vilânia, Ranier e Sônia, pela companhia nas incansáveis horas de estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2010. **Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7313.htm>. Acesso em: 05 nov. 2018.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Lei nº 13.249, de 13 de Janeiro de 2016. **Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13249.htm>. Acesso em: 05 nov. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazonas: População.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>. Acesso em: 05 nov. 2018.

GRAÇA, Barbosa Luziray. **A Percepção da Comunidade Escolar sobre o Instituto Federal do Amazonas - Campus Tabatinga:** realidades e perspectivas, 2016. (dissertação de mestrado).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnica de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

LINHARES, C.; GARCIA, R. L; CORRÊIA, C. H. A. (org.). **Circulação de culturas, deslocamento na fronteira. Indígenas, práticas de poder e políticas interculturais:** rios revistados. Cotidiano e Formação e Professores. Brasília: Liber Livro, Universidade Federal do Amazonas, p.13-37, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; Eva Maria. LAKATOS. **Fundamento de Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MELLO, Maria Stela de Vasconcelos Nunes. **De Escola de Aprendizizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas:** cem anos de história. Manaus: Editora, 2009. In: Disponível em: <<http://www2.ifam.edu.br/instituicao/historia-do-ifam>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

MUELLER, Carlos Pereira e Bernardo. **Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão:** As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000200004>. Acesso em: 05 nov. 2018.

SANTOS, Rita de Cássia. **Plano plurianual e orçamento público** – 3. ed. rev. ampl. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2015. 189p.: il. Disponível em: <<http://novomoodle.ifam.edu.br:13000/moodle/course/view.php?id=1166>>. Acesso em: 14 out. 2017.

TANNO, Claudio Riyudi. Nota nº 2/2017 - Ministério da Educação. **Despesas Autorizadas para 2017.** Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2017/nt02-2017-ministerio-da-educacao-despesas-autorizadas-para-2017>>. Acesso em: 14 out. 2017.